

Onde andam os eleitores europeus?

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Mónica Santos

Entre 10 e 13 de Junho, cerca de 350 milhões de eleitores europeus foram às urnas para eleger, de entre 14.600 candidatos, os 732 representantes para o Parlamento Europeu, a maior assembleia parlamentar democrática do mundo. Apesar dos poderes crescentes do Parlamento Europeu, o alheamento dos cidadãos, apesar de não ser uma novidade, foi o facto mais notório nestas eleições. A taxa de participação eleitoral situou-se nos 44,2%, um desinteresse geral que ficou particularmente patente nos novos Estados membros. Exceptuando Chipre e Malta, onde o voto é obrigatório, e em que a participação eleitoral se soldou nos 70,4% e 82% respectivamente, nos outros países a afluência às urnas situou-se nos 28,7%, em contraste com a elevada taxa de participação verificada nos referendos sobre a adesão à UE. República Checa, Polónia e Eslováquia, Eslovénia e Estónia registaram taxas de abstenção superiores a 70%.

Segundos os analistas, a elevada taxa de abstenção nos novos Estados membros deve-se à falta de informação dos seus cidadãos sobre o funcionamento das instituições europeias, bem como às fracas campanhas eleitorais. Com efeito, e apesar de terem sido discutidos alguns temas europeus, como os benefícios da adesão, a Constituição europeia, a imigração (especialmente em Malta) ou a questão linguística, foram os assuntos nacionais que também nestes países acabaram por dominar as campanhas. As campanhas eleitorais nos Vinte e Cinco foram dominadas pelos temas nacionais. A relevância dada a temas europeus foi praticamente nula, apesar de algumas campanhas terem abordado a questão da adesão da Turquia ou da imigração e asilo, temas em que o Parlamento Europeu não desempenha para já um papel chave, apesar do reforço de poderes que lhe concede a Constituição Europeia. Quanto à Constituição em si, e àquilo que representa para o futuro da Europa, ninguém parece ter-se mostrado muito interessado.

Os resultados eleitorais também tiveram reflexos na nomeação do novo Presidente da Comissão Europeia uma vez que o Partido Popular Europeu avisou antecipadamente que o cargo deveria ser desempenhado por um membro da maior força política

européia, como veio a suceder com a nomeação de Durão Barroso. Apesar de as eleições europeias constituírem, de acordo com Pat Cox, o «maior exercício democrático que o nosso continente jamais conheceu», os resultados obtidos revelam a necessidade de realizar um esforço suplementar para envolver os quase 500 milhões de cidadãos europeus na edificação de uma Europa Unida – um espaço de paz, de desenvolvimento económico e social. Num futuro próximo, com a aprovação da Constituição Europeia, a indiferença e alheamento dos cidadãos é um risco que os Estados membros não podem correr, sob pena de um retrocesso no processo de integração europeu.